

Uma paisana feminista na caserna: entre metodologias e militares

Rafaela Vasconcelos Freitas¹  0000-0001-6652-0939

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, RS, Brasil, 90460-019 – ppgpsi@ufrgs.br



Resumo: Neste texto, apresentamos reflexões produzidas em uma pesquisa de doutorado que acompanhou trajetórias de militares transexuais a partir de um viés etnográfico multissituado. Com destaque para o percurso metodológico da investigação, o objetivo foi problematizar o corpo da pesquisadora em campo, visibilizando como corporalidades, gêneros e sexualidades afetam os delineamentos de pesquisa. Essas elaborações se deram a partir da inserção em instituições de segurança pública estaduais (Bombeiro e Polícia Militar), e da necessidade de costurar a rigidez das autorizações formais com a permeabilidade das subjetividades que constituem os quartéis. Foi possível apreender como as dinâmicas sociais atravessam o fazer científico e, na especificidade da pesquisa com militares, como um regime sexual e de gênero atua conjuntamente ao regime militar. **Palavras-chave:** gênero; sexualidade; corpo; militares; transexuais.

A feminist undercover in the barracks: between methodologies and the military

Abstract: This text presents reflections produced in a doctoral research that aims to follow the transexual military trajectories in the institutions, based in a multi-sited ethnographic perspective. Emphasizing the methodological path of the investigation, the objective was to problematize the presence of the researcher in the field, showing how corporeality, genders and sexualities affect the outlines of the processes of doing research. These elaborations took place from the insertion in security institutions, which are public and part of the state (Firefighters and Police, both military), and the need to combine the rigidity of formal authorizations with the permeability of the subjectivities that constitute the barracks. We apprehend how a sexual and a gender regime acts together with a military regime, in this specific group context.

Keywords: Gender; Sexuality; Body; Military; Transexual.

Una encubierta feminista en el cuartel: entre metodologías y militares

Resumen: Este texto presenta reflexiones producidas en una investigación doctoral que siguió las trayectorias de soldados transexuales desde una perspectiva etnográfica multilocal. Con énfasis en la trayectoria metodológica de la investigación, el objetivo fue problematizar el cuerpo del investigador en el campo, mostrando cómo la corporeidad, los géneros y las sexualidades inciden en los trazos de la investigación. Estas elaboraciones se dieron a partir de la inserción en las instituciones estatales de seguridad pública (Bomberos y Policía Militar), y la necesidad de combinar la rigidez de las autorizaciones formales con la permeabilidad de las subjetividades que constituyen el cuartel. Se pudo aprehender cómo la dinámica social permea la práctica científica y, en la especificidad de la investigación con militares, cómo un régimen sexual y de género actúa junto al régimen militar.

Palabras clave: género; sexualidad; cuerpo; militar; transexuales.

Introdução

Uma variedade de perguntas que podem se impor no cotidiano do fazer científico, e não faziam parte das diretrizes tradicionais de orientações metodológicas, passou a constituir as dimensões analíticas entre sujeito-objeto, quando mulheres e outros sujeitos marcados pela

diferença colocaram em perspectiva suas ações e resultados. Como lidar com o assédio e a ilegalidade em campo? Como se pesquisa a partir de um corpo designado como deficiente em uma sociedade capacitista? Como se interage com interlocutores machistas e homofóbicos, sendo uma pesquisadora lésbica e feminista? Todos estes questionamentos, e inúmeros outros, são inerentes ao fato de que quem pesquisa o faz a partir de um corpo, de uma materialidade que carrega potências e simbologias, que vão estar presentes constituindo e atravessando o campo do possível. Estes entrelaçamentos se referem a aspectos materiais como possibilidades de locomoção e comunicação, passam por aspectos subjetivos e simbólicos, como estilo e estética, ou processos e construções anteriores aos interlocutores, como as dinâmicas sociais, raciais, etárias, representações sobre o saber científico e as profissões.

Neste texto, tecemos reflexões sobre o período de realização de uma pesquisa de doutorado em psicologia social, entre os anos de 2014 e 2018. A tese intitulada “‘Nunca fui FEM’. Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes transexuais” (Rafaela VASCONCELOS, 2018) teve como objetivo compreender as dinâmicas de gestão da diversidade sexual e de gênero no interior de instituições militares estaduais de segurança pública, através da trajetória de seus profissionais transexuais. Para o feito, ficou evidenciada a impossibilidade de dispor de uma teoria pronta sobre o funcionamento dos Corpos de Bombeiros Militar (BM) e das Polícias Militares (PM), uma vez que estávamos lidando com o excepcional, com demandas que extrapolam o prescrito para esses contextos. Deste mesmo modo, não coube pensar uma teoria homogeneizante sobre as identidades de gênero. Foi necessário, então, escutar os sujeitos para reconstruir trajetórias e dinâmicas laborais. Entrevistas, conversas informais, análise de documentos e de literatura, bem como de tempo em campo, foram meios de vislumbrar percursos e, em alguma medida, uma arquitetura institucional. Neste recorte, apresentaremos relatos do cotidiano da pesquisa, com destaque para a construção de uma inserção com viés etnográfico multissituado, a fim de problematizar o corpo da pesquisadora em campo. Por meio desta construção, também foi possível visibilizar o modo como as corporalidades, os gêneros e as sexualidades afetam os delineamentos de pesquisa e circundam a diferenciação entre pesquisadora civil e interlocutores militares.

A proximidade com os contextos militares pesquisados se deu em período anterior ao doutorado, conjugando trajetórias acadêmicas e vida pessoal. Em meio a outras pesquisas no campo da segurança pública, namoro com uma mulher pertencente a uma instituição militar e uma sociabilidade partilhada com diversos outros trabalhadores dessa categoria. Todas essas relações acabam configurando um contexto complexo, pois, ao mesmo tempo que permitiam antever alguns melindres que provavelmente comporiam o campo de pesquisa, exigiam uma postura vigilante de estranhamento com o observado. Uma inquietação teórico-metodológica de não achar que “já se sabe tudo”, de não perder o olhar para o novo, para o que se constituía naquela relação

Este percurso preliminar contou ainda com uma experiência docente em um projeto social que acontecia nas dependências da Academia do BM e seguia algumas dinâmicas, próximas às já descritas na literatura sobre cursos de formação militar (Piero LEIRNER, 1997; Emília TAKAHASHI, 2002), apesar de ter, como público-alvo, civis que não se tornariam militares ao final do curso. Uma vez questionada por um soldado sobre minha admissão como docente, respondi que havia sido informada do edital de chamada por uma amiga da instituição (no caso, minha namorada), e, a partir de seu contato, enviado meu currículo para a seleção. Não satisfeito, o militar continuou: *Mas quem aqui no BM você conhece além dela?* No momento, todos os nomes lembrados eram de colegas com alguma vivência e/ou identidade lésbicas e respondi que não conhecia mais ninguém, conseguindo sua desistência.

Nos segundos anteriores à resposta, percebi que era uma sociabilidade relacionada à lesbianidade o que me ligava àquelas militares e que, entre elas, a visibilidade desta identidade e/ou prática (dentro e fora da instituição) era muito diversa. Agrupá-las em uma mesma resposta poderia acarretar outras perguntas (ou não), mas optei por não correr o risco, ainda que não saiba até agora definir a quem esse risco se refere: seria meu ou delas? Mesmo sabendo como é comum familiares e pessoas próximas aos militares ocuparem funções institucionais para civis, principalmente nas Academias de Formação do militarismo estadual, por que não qualifiquei corretamente minha relação com minha namorada? Estas são algumas reflexões a que me dedico na escrita deste texto, e que exigiram o entrelaçamento de diferentes perspectivas, uma vez que perpassaram a formulação de um percurso metodológico para a pesquisa. Vivências do trabalho que nos ajudam a entender como dinâmicas sociais atravessam o fazer científico.

Ainda na década de 1970, Roberto DaMatta (1978) indicava os temores resultantes de uma idealização do rigor nas disciplinas sociais, que consideravam aspectos subjetivos do estar em campo como românticos ou anedóticos. Pesquisas contemporâneas destacam o valor destas experiências que contornam as relações produtoras de conhecimento. Flávia Teixeira (2012), por exemplo, indica como “os relatos do envolvimento com as pessoas e sobre

os diferentes contextos e situações em que se deu a pesquisa, mais do que nunca, constituem dados do próprio trabalho científico e são considerados como integrantes do resultado” (p. 27).

É, neste sentido, importante destacar que compartilhamos de uma perspectiva psicossocial na qual a pesquisa é prática social. Ou seja, diz também dos encontros diários, dos microssociais, no processo de convivência entre pessoas, para além das posições sujeito-objeto (Leny SATO; Marilene SOUZA, 2001; Peter SPINK, 2008; Cris ANDRADA, 2018). Deste modo, o conceito de campo, para Spink (2003), nos parece valioso, pois é concebido como um “complexo de redes de sentidos que se interconectam”, um espaço criado, ainda que involuntariamente, já que a pesquisadora terá que debater-lo e negociá-lo para inserir-se em suas “teias de ação. (...) Campo, portanto, é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que tem múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes” (SPINK, 2003, p. 28).

Tendo isso como pressuposto, a etnografia multissituada e/ou multilocal (George MARCUS, 2001; 2004; Teresa FRADIQUE, 2003), metodologia oriunda de uma área vizinha, foi uma inspiração nessa investigação, por se apresentar como uma alternativa que considera os desafios empíricos contemporâneos, como a ocupação de diferentes espaços e a fragmentação, o mundo globalizado. Essa vertente etnográfica busca, muitas vezes, a releitura de conceitos tradicionais na antropologia – como territorialidade, diversidade e identidade cultural –, e, por conseguinte, elabora possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa: “seguir as pessoas; os objetos; seguir a metáfora; seguir a trama, história ou alegoria; seguir a vida ou a biografia; e seguir o conflito” (ANDRADA, 2018, p. 243).

Nesta pesquisa de doutorado, permanecer com o “problema”, como nos tem proposto Donna Haraway (2016), foi fundamental. E esse processo passou por não dar respostas conciliadoras à aparente controvérsia de buscar a diferença em um contexto marcado pela uniformização, como os contextos militares.

As relações entre saber-poder teorizadas por Michel Foucault (1989), assim como as epistemologias feministas (HARAWAY, 1995), nos ajudaram a compreender como visões sexistas e heteronormativas se entrencharam na produção da ciência, transformando em “fato científico” aquilo que seria, *a priori*, uma perspectiva de apreensão do real. Deste modo, tomamos a ciência como uma atividade social e cultural, colocando em questão não só seus resultados, mas os processos de construção dos mesmos. Assim como Isabela Queiroz (2015), diante das contradições que se impõem em um fazer comprometido com a transformação social, não bastava buscar refúgio no local prescrito para o acadêmico – distanciado, neutro e assexuado –, mas dialogar com os ativismos e renegociar identidades em diferentes lugares, em consonância a um posicionamento ético-político no qual o ativismo está intimamente relacionado à máxima feminista de que a política é algo pessoal.

O conjunto de saberes reunidos em torno do que foi denominado como Teoria Queer também contribuiu para o delineamento da pesquisa, na observação de enquadramentos teóricos e metodológicos que configuram violências epistêmicas e negligenciam questões. As mulheres militares e, junto a elas, todos os sujeitos emasculados pela normativa de gênero, têm a possibilidade de voz, de registro da sua presença e de atuação orientadas por uma moralidade estética e silenciadora. Para aquelas poucas eleitas grandes heroínas da história, o lugar da excepcionalidade foi construído de modo a florear, quase mitologicamente, suas experiências, negando uma afirmação material de competência, de potência e de saber ao gênero feminino. Os registros históricos de mulheres combatentes em guerras, por exemplo, parecem construir o desvio, e não apontar a insuficiência dos parâmetros normativos de avaliação sobre sua atuação profissional.

Logo, a escrita, científica e literária, para as mulheres, surge como uma ferramenta de questionamento sobre uma história única, sobre uma identidade universal, sobre a naturalização dos dualismos. Tomando as rédeas de processos que as marcaram como “outras”, recodificando “a comunicação e a inteligência a fim de subverter o comando e o controle” (HARAWAY, 2000, p. 95).

Visibilizar determinadas narrativas, como, por exemplo, aquelas de sujeitos que aliam as esferas militares com a multiplicidade das transidentidades, é perceber a heterogeneidade dos mundos sociais e das experiências. Passa, também, por indagar os motivos de uma história ser contada e outras não, indicando de que maneiras as hierarquias políticas e sociais se fazem presentes ao tornar algumas trajetórias representativas e oficiais e outras ilegítimas (Jerome BRUNER, 1997; QUEIROZ, 2015).

Nesta pesquisa, o contexto pessoal e o pesquisado começam misturados e demandam tempo e estudo para decantar (será possível?), para, em alguma medida, se distanciarem, sendo um alimento e possibilidade para o outro. Entretanto, estiveram sempre numa proximidade declarada e curiosa. O exercício de escrita em primeira pessoa, herdeira das proposições metodológicas feministas, não ignora que as reflexões e elaborações são frutos de encontros, de embates, da produção coletiva de saberes em um trajeto pessoal. Deste modo, assim como Queiroz (2015, p. 89), ao conceber essa relação, não almejamos produzir simplesmente um

conhecimento “sobre” essas experiências, nem “para” ou mesmo “com” elas, mas elaborar, a partir da reflexividade, um saber sobre a “minha relação com elas”, relação sobre a qual eu poderia ser uma enunciadora válida.

Este texto é um convite para observar mais de perto o percurso etnográfico de uma pesquisa que conjugou instituições e relações complexas. Nas próximas seções, debateremos primeiramente o conjunto de ações que deu corpo à pesquisa de doutorado, as formas de inserção em campo, seus interlocutores, particularidades da pesquisa com militares, assim como os processos de autorização institucional. Posteriormente, o corpo que pesquisa entra em cena, e nele indicamos a trama que configura as relações de gênero e sexualidades nesses espaços, quando mais uma FEM (marcador militar para mulheres) o adentra. Foram, por fim, destacados como as homossexualidades e as dinâmicas de regulação sobre as dimensões corporais atravessam o fazer etnográfico e, ainda, como recursos metodológicos não tradicionais estão sempre constituindo as relações em campo e podem ser refletidos por nós para uma compreensão mais complexa da própria pesquisa.

Planos de ação e cumprimento de objeto

Na tese, para entender a trajetória das transexualidades sob regimes militares de trabalho, foi necessário delimitar e localizar as instituições historicamente, observar suas relações com as políticas públicas de segurança e, principalmente, fazer uma imersão (ainda que/sempré incompleta) nas dinâmicas institucionais. Por mais que as instituições de segurança sejam, em alguma medida, entrelaçadas pelo militarismo, as formas concretas de formação dos agentes, as identidades profissionais e a função social das instituições têm materialidades distintas. A história (do país e das instituições) e nossa configuração social contemporânea dão lugares e poderes diferentes a cada uma delas.

No Brasil, se tem notícias das primeiras experiências públicas de trânsito de gênero, em contexto militar, nas Forças Armadas. Durante minha graduação e mestrado, em encontros nacionais de militância trans, conheci e acompanhei virtualmente¹ suas principais demandas e batalhas judiciais. No entanto, eleger para a pesquisa instituições de segurança pública estaduais (BM e PM), mais próximas espacialmente, pareceu possibilitar maior consistência às análises, uma vez que foram relacionados às instituições tipos específicos de fazer profissional, de gestão institucional e signos sociais, mais próximos ao mundo civil.

A tese teve como interlocutores principais três homens transexuais, de diferentes instituições militares. Aquele que participou de forma mais consistente do diálogo foi um combatente transexual do Corpo de Bombeiros Militar, de 27 anos, integrante do corpo de oficiais, no texto, chamado de João.² O BM representava também a possibilidade de maior inserção em campo, maior número de contatos e perfis profissionais menos aterrorizantes. Os outros dois militares transexuais pertenciam às tropas da PM, um atuando no sudeste e outro na região nordeste do país. Foram chamados, no texto, de Francisco e Sérgio.

Não seria suficiente restringir o olhar (e os ouvidos) às experiências trans, por isso, além dos interlocutores acima, foram formalmente entrevistados outros servidores militares do BM. Em sua maioria, eles estavam distribuídos entre o quadro de praças (soldados, cabos e sargentos), de gênero e orientações sexuais diversas, atuando na capital do estado e região metropolitana, tanto em âmbito administrativo quanto operacional. As entrevistas com integrantes do quadro de oficiais aconteceram sem gravações e em conversas informais/entrevistas não oficiais, depois de muitas desistências com alegações de indisponibilidade de agenda, por exemplo. Pesquisas como a de Valéria Cruz (2017) indicaram dificuldades semelhantes, o que nos dá indícios para pensar que o “adestramento” do oficialato torna ainda mais difícil um diálogo sobre o regime institucional. Destaca-se, também, o fato de a alta regulação da estratificação militar fazer com que ser associada a alguém do corpo de praças (como minha namorada) tenha dificultado a entrada nos círculos da hierarquia superior.

O montante entrevistado não buscou expressividade estatística, mas sim ser representativo das “sociabilidades compartilhadas” (Alessandro PORTELLI, 1996), permitindo a qualificação de um horizonte de relações, representações e ações inscritas nas fontes orais e memórias destes sujeitos. As entrevistas narrativas (QUEIROZ, 2015, p. 112) buscaram reconstruir a dinâmica de interação entre processos biográficos individuais e mecanismos coletivos. As “redações do eu”,

¹ As militares e ativistas brasileiras Bruna Benevides e Bianca Figueira Santos, por exemplo, têm promovido debates públicos sobre suas demandas de reintegração e reconhecimento da identidade feminina por instituições das Forças Armadas.

² A escolha do nome fictício João para designar o principal interlocutor, primeiro transexual a demandar reconhecimento da identidade na Instituição a que pertence, é uma homenagem a João W. Nery, primeiro homem transexual brasileiro a compartilhar sua história nacionalmente no final da década de 80 e importante ativista dos direitos LGBT no país. Um colega muito querido, que faleceu em 2018. Os outros nomes foram escolhidos em referência aos militares Francisco Jesus da Paz e Sérgio Miranda Ribeiro de Carvalho que, no período ditatorial no país, resistiram aos Comandos Militares e sofreram sérias consequências.

por mais individuais que possam parecer, dão acesso a uma prática que é também social, se tornando uma forma interessante de acessar “o modo como as pessoas tornam inteligível seu mundo social” (Thaís BRANDÃO; Idilva GERMANO, 2009, p. 6).

Os militares entrevistados foram, de alguma forma, indicados por outro colega, não pertencente ao círculo mais íntimo de sociabilidade, em uma dinâmica próxima à conhecida “bola de neve”. Interessante pontuar que até os mais falantes interlocutores pareciam se esquecer e homogeneizar suas histórias quando a entrevista formal começava. No entanto, em todas as interações sociais, eventos e posteriores encontros, interlocutores que já haviam sido entrevistados, assim como muitos outros (BM e PM), que não participaram formalmente desses momentos, compartilhavam histórias publicamente, ou me chamavam para ouvir relatos que julgavam interessantes para a pesquisa.

Foram inúmeras as situações em que pedi abertamente para utilizar o relato nas análises da pesquisa, explicando a des-caracterização³ que faria dos interlocutores, objetivando resguardar possíveis identificações, e também como suas declarações me ajudavam a entender o regime militar. Sempre recebi respostas positivas, mesmo quando, inicialmente, havia algum receio. Isso que faz com que parte das narrativas analisadas não tenha origem exclusivamente nos momentos das entrevistas, mas nos relatos espontâneos entre colegas de trabalho, eventos sociais, falas públicas. Deste modo, esses discursos provinham de outros (múltiplos) sujeitos não listados entre os entrevistados e sua utilização fora previamente autorizada pelos mesmos. Esse tipo de recurso mostra-se típico de estudos cujos temas e objetos/experiências estão sob o controle moral, ameaças, vergonhas e ou disciplinamentos. Portanto, uma pesquisa que adentre a essas questões necessita construir um campo intenso e denso que não se resume a procedimentos formais de coleta de dados, se integrando num fazer cotidiano da experiência.

Tanto as resistências do oficialato a participar formalmente, quanto os esquecimentos e silenciamentos de alguns militares, foram indicando os caminhos possíveis de pesquisa em instituições cujo controle sobre os sujeitos extrapola sobremaneira o âmbito do trabalho. O medo de ser identificado, de não querer contribuir para a estereotipia do militar, a desconfiança “da civil” ou da universidade, e o próprio tema da pesquisa (relacionado ao campo do gênero e das sexualidades) são elementos a serem considerados. O tempo em campo, o se fazer presente e interessada, o compartilhamento de concepções e percepções, ao invés da rigidez pergunta-resposta, contribuíram para a construção de um espaço mais possível de diálogos.

A participação em eventos militares locais e nacionais foi fundamental para a observação participante e a reunião de relatos fora do círculo das entrevistas, heterogeneizando percepções e acesso a realidades de outros estados. Pelo conteúdo das palestras, da manifestação das plateias, nos momentos compartilhados nos ônibus, intervalos e confraternizações, foi possível vislumbrar similaridades nos discursos institucionais, assim como seus problemas e as diferentes formas de enfrentá-los.

Uma certa proximidade com o linguajar militar, as expressões, a compreensão das hierarquias e algumas piadas internas, menos frequentes entre civis, produziam curiosidade e aproximação em campo. Era comum ser indagada sobre ser filha ou esposa de militar. Acredito que o físico – gordo – impedia a suposição de que eu poderia ser/ter sido militar. Também me deparei com um estranhamento ao utilizar os termos “subordinados e superiores” para referenciar posições nas hierarquias militares. O incômodo era tanto pelo teor dos termos no mundo civil, quanto por identificar como os signos não obedecem às fronteiras e materializam subjetividades e relações de trabalho.

Antes de confirmar as entrevistas, alguns militares pediam “referências” minhas aos colegas, indicando o clima de desconfiança sobre o civil/paisano nesse contexto e uma relação mais criteriosa sobre a contribuição em pesquisas acadêmicas. Muitas vezes, chegavam com “casos” ou reflexões previamente pensadas ou, mesmo, com uma recusa pronta do que, no imaginário deles, não seria do interesse da pesquisa. É notável que parte dos entrevistados tenha, em um primeiro momento, se mostrado interessada em contribuir e satisfeita de poder falar com alguém “de fora”. Entretanto, isso não significou que o conteúdo compartilhado fosse livre de censuras. O fato de ser apresentada como pesquisadora de uma instituição federal de renome me pintava de diferentes cores: em alguns, se percebia o fascínio que a entrada e permanência no ensino superior público ainda causa no Brasil (sinal de privilégios anteriores), e, em outros, a desconfiança de uma possível alienação do “mundo real”, visões sobre o estudante/acadêmico projetadas por essas corporações.

Os relatos mais crus sobre discriminação e, especificamente, sobre transfobia, vinham em referência aos outros – “os caras da ala”, “a sargento”, “os oficiais” –, tanto em função do recorte dos interlocutores e possíveis endereçamentos/seleções de conteúdo (à pesquisadora), quanto pelas próprias dinâmicas do preconceito. O discurso oficial de respeito à “legalidade” era um recurso reiterado para não reconhecimento do caráter violento das relações ou para

³ Para manter em sigilo e segurança todos os interlocutores, os nomes utilizados na escrita são fictícios, seguidos dos postos/graduações correspondentes, sem indicação direta da cidade e estado à que as instituições pertencem.

negação de direitos – tanto entre os que tinham poder de decisão, quanto entre solidários expectadores coniventes.

Pensando ainda no estabelecimento destas relações, cabe mencionar a internet como uma importante ferramenta metodológica localizada socio-historicamente. As redes sociais, sites, e demais lócus da rede têm potencializado investigações sobre as dissidências sexuais e de gênero ao dialogarem com formas de sociabilidade, produção e divulgação de conteúdos específicos. Em pesquisas com longas inserções em campo, a manutenção do contato com os interlocutores é potencializada com o seu uso, criando possibilidades em momentos de poucos recursos financeiros para viagens e a impossibilidade de contatos presenciais. Assim, ela se configura como fonte de registro e busca de informações em um período extenso de anos, no caso desta pesquisa, como também se torna uma possibilidade de entrada e aproximação com o vocabulário comum, demandas e sociabilidades compartilhadas (VASCONCELOS, 2014).

Em menor escala, porém inicialmente importante para a inserção em contextos de sociabilidade militar, na rede social *Facebook*, participei de um grupo em que mulheres militares e civis, interessadas no debate entre militarismo e gênero, interagem. Minha inclusão se deu por ter sido palestrante em um evento institucional, ainda no contexto de sua criação, em 2012. Apesar de ser um espaço de interação e informação, somente nos primeiros anos da pesquisa foi relevante, por revelar a extensão das regulações referentes aos preceitos militares (hierarquia e disciplina) fora das relações de trabalho. Os silenciamentos, as deferências entre praças e oficiais nas postagens, assim como o teor das discussões, indicavam dificuldades e entraves à mobilização das temáticas de gênero entre as militares, semelhantes àqueles encontrados em campo, fora da internet. Eram recorrentes comentários de interlocutores sobre a necessidade de “seleção” do conteúdo compartilhado nesse contexto. Em função do perfil (militar), dos “amigos” na rede, nem tudo poderia ser publicizado e o incômodo com o teor (conservador, reacionário) das postagens na linha do tempo, como manutenção da aparência, por vezes era balanceado com a criação de perfis alternativos sem a inclusão de colegas de trabalho. Essas relações estavam presentes também nas trajetórias dos interlocutores transexuais, de forma mais acentuada, na aparição pública com (nova) imagem, nome e sociabilidade referentes à (nova) identidade de gênero que, muitas vezes, era desvinculada da identidade profissional.⁴

Em 2017, após uma palestra em um encontro nacional de mulheres militares, me informaram sobre um grupo no aplicativo *WhatsApp* que reunia operadores de segurança pública LGBT, civis e militares. As transexualidades estavam cada vez mais presentes nesse contexto e havia demanda por auxílio externo para as negociações institucionais e legais. Diante disso, estabeleci contato e ofereci apoio ao administrador, porém, segundo ele, o grupo não autorizou a minha participação, demarcando a situação de “armário” de grande parte dos integrantes e as dificuldades de publicizarem suas demandas, em função da exigência de sigilo. No entanto, uma das oficiais BM, de outro estado – a mesma que havia me informado sobre a existência do grupo –, voluntariamente, durante quase um ano, compartilhou comigo recortes das reportagens e documentos públicos que julgava ser do interesse da pesquisa. Eram, em sua maioria, notícias sobre conquista de direitos e/ou denúncias de abusos homo/lesbo/transfóbicos em instituições militares, publicadas na mídia nacional.

Seja nos relatos recortados das conversas, seja nos repasses seletivos da militar sobre o conteúdo do grupo, é interessante destacar que o campo vai se configurando por aquilo que os interlocutores constroem como “de interesse da pesquisa”. O cenário resultante é fruto, também, de suas decisões do que e quando publicizar sobre os regimes, as vivências e os conteúdos. Nesse sentido, o campo de pesquisa vai se construindo com posições dos interlocutores, ou seja, aponta para o parcial domínio do campo por parte de pesquisadores e da própria ciência, revelando a construção do campo mais como um problema polêmico e menos como um processo linear e estável, desejado pelo fazer acadêmico.

É importante destacar, ainda, o que ficou conhecido em campo como “Rádio Pião”: um fluxo de informações que circula extraoficialmente entre militares. São compartilhadas fofocas sobre a vida pessoal e profissional dos servidores militares; especulações e avaliações sobre as políticas institucionais e estaduais; vazamento de informações setoriais e até mesmo documentos e imagens internas, de forma ilegal,⁵ como os registros/boletins de ocorrências e filmagens de operações, por exemplo. Essa “rádio” forma uma rede discursiva e material que extrapola os limites institucionais, circulando entre diferentes corporações militares e de segurança e entre civis. Fica claro como a comunicação tem se tornado cada vez mais ativa, detalhista e ágil com a utilização de aplicativos, câmeras, áudio e demais recursos dos smartphones. Todavia,

⁴ Há regulações formais sobre postagens públicas de militares, inclusive com forte atuação dos setores de inteligência tanto nas polícias como nos corpos de bombeiros. No entanto, o campo da pesquisa indicou regulações heterogêneas neste controle, sendo sexo/gênero e postos/graduações categorias importantes nas decisões sobre punição.

⁵ São constantes, na mídia nacional, denúncias de registros e divulgações ilegais com essa origem. Poderíamos citar o caso de assédio sofrido por uma jovem transexual que teve seus dados pessoais vazados após alistamento militar e as fotos do espancamento da transexual Verônica Bolina em uma delegacia, por exemplo.

ela também se materializa nas conversas de corredor, reuniões, eventos e vínculos sociais compartilhados. Minha inserção nesse fluxo se deu à medida que ganhava espaço e confiança dos interlocutores em campo. Eles, por sua vez, contavam as histórias em circulação, falavam publicamente e compartilhavam informações dessa rede, que foi uma ferramenta fundamental para entender o funcionamento e a reprodução das dinâmicas de gênero e sexualidade, além das formas de gestão do trabalho internamente.

Situações observadas em campo indicam que ela funciona também para circulação de informações sobre perseguições e punições a militares. Mesmo em estados em que houve mudanças na legislação,⁶ não há garantia de que antigas práticas de punição extraoficiais, como a transferência compulsória, não serão praticadas. Militares que rompem com certa lógica interna, ilustrada em muitos “casos”, compartilhados em tom jocoso e não de indignação, viram assunto entre a tropa como mais uma face do regime. O que parece banalizado pelo tom debochado e irônico dos comentários que acompanham os materiais funciona também pedagogicamente como um lembrete para os desviantes.

Integrar o que a literatura chama de “família militar” me proporcionou uma rede de contatos (BM e PM). No entanto, foi o convívio em campo durante todos esses anos que resultou nos convites que me permitiram acessar agrupamentos militares e narrativas que extrapolaram sobremaneira o conteúdo gerado pelas entrevistas, recurso formal da autorização oficial. Desta forma pude conversar, observar e discutir com militares de diferentes instituições e segmentos dentro de uma mesma corporação – quadro de saúde, batalhões especializados, militares com atuação na região metropolitana e no interior, desde alunos a oficiais superiores.

Estas inserções, assim como as entrevistas, mostraram como o tema da transexualidade virou pauta comum entre a “tropa”, ao longo dos anos. Apareciam tanto em perguntas de alunos nos cursos de formação (principalmente em torno das formas de tratamento, legalidade da situação, alojamentos e regulamentação das avaliações físicas), quanto como tópico de debate nos encontros nacionais de mulheres militares.

O contato com uma oficial superior do quadro de saúde foi importante para o acesso a alguns espaços institucionais. A partir de sua assessoria aos Comandos, ela endossou minha indicação para palestras, facilitou a entrada em eventos militares, como os Encontros Nacionais, além de estabelecer comigo diálogos que contribuíram para o entendimento das dinâmicas da gestão e da racionalidade do oficialato. Sua longa trajetória institucional, seu profissionalismo e sua inserção acadêmica nos aproximaram e propiciaram diálogos profícuos para as análises da pesquisa. Sua atuação como psicóloga militar, para além das paredes da clínica, se constituiu como figura significativa na trajetória de João. O pertencimento à alta hierarquia militar, assim como o espaço institucional da psicologia, foi articulado de modo a produzir legitimidade, espaços de fala e respostas que extrapolavam as previsões normativas. Tal posicionamento deve ser destacado, pois amplia e reinventa o cuidado com a saúde mental dos trabalhadores, se configurando como uma poderosa aliança para experiências marginalizadas nesse contexto.

O contato e relacionamento com João, meu principal interlocutor entre os militares trans, atravessou grande parte desses movimentos, indicando quais poderiam ser mais frutíferos; outros se tornaram possíveis em decorrência da experiência dele na instituição. No entanto, logo percebi que tentar contato com outros militares a partir de sua interferência ou mediação direta o deixava desconfortável, talvez por expor sua relação com a pesquisa ou por abrir um caminho para o escrutínio de sua identidade. Assim, essa estratégia foi eliminada do delineamento da pesquisa, como parte, inclusive, do compromisso ético, uma vez que, para além do desconforto, a dissidência de sexo/gênero implicava fragilidades institucionais.

Outro ponto comum nas reflexões sobre pesquisa entre militares diz respeito aos processos de negociação/autorização formais. A decisão de informar oficialmente a Instituição sobre a pesquisa se deu, neste caso, a partir da tentativa de entrevistar integrantes do corpo de oficiais em uma das instituições. No primeiro convite realizado a um oficial, o tenente que havia prontamente se disposto a participar acionou por conta própria (sem me informar previamente) o setor de ensino da Academia e me avisou que eles aguardavam o meu contato com mais informações (solicitadas por telefone e e-mail). Diante deste cenário, configurado pela iniciativa ardilosa do militar, optei por seguir o trâmite institucional e aguardar a aprovação oficial, que ocorreu meses depois de análises internas e foi publicada no Boletim Geral da instituição. Outras pesquisas envolvendo policiais militares apresentaram protocolos muito mais rígidos para a autorização (Samantha TURTE-CAVADINHA, 2016), acredito que em função de um acúmulo de experiência entre as instituições policiais e as universidades. Além dos créditos que a Universidade Federal à qual eu pertencia e minha própria trajetória de pesquisa possam me proporcionar, o BM no estado ainda é iniciante nessa relação, e talvez também por isso não tenha feito nenhum tipo de imposição ou condição para a realização da pesquisa.

⁶ Alguns estados conquistaram a substituição do regulamento disciplinar similar aos que regem as Forças Armadas (RDPM) pelo Código de Ética que, dentre outras mudanças, estabelece que não há privação de liberdade por motivo de transgressões administrativas.

Não é sem razão que alguns trabalhos realizados nos últimos anos foram desenvolvidos por militares. A PM, por exemplo, tem buscado formar “seus pensadores”, com todas as possibilidades e limitações que essa posição possa gerar, a fim de produzir contradiscursos que justifiquem e pacifiquem críticas ao regime e às atuações. Há, também, em curso, uma vigilância sobre produções atuais e pregressas de militares com formação acadêmica, tutelando posicionamentos públicos em relação ao militarismo e à segurança pública como um todo. Militares que avaliem criticamente esses campos, divergindo dos discursos oficiais, tendem a ser perseguidos e desacreditados internamente.

As entrevistas geraram pistas para entender essas tramas entre regimes e normas. Porém, foi no campo e pela “Rádio Pião” que se materializaram os regimes governantes, as formas de controle e manutenção dos preceitos militares. Não mais no repasse de ritos e formalidades (como nos cursos de formação), mas no regime moral, sexual e racial vigente, que se constrói nas relações cotidianas, nos “muros do quartel”.

Corpos e códigos em trânsito no campo

Uma certa imersão etnográfica em contextos militares são (foram?) frequentes em estudos sobre as instituições e dinâmicas militares nas Forças Armadas (Celso CASTRO; LEIRNER, 2009). Como vimos acima, ao contrário destes clássicos, não me inseri em alojamentos, “rancas” de cursos de formação, ou, mesmo, atuei oficialmente como instrutora nos principais cursos regulares. Minha inserção em campo começa pelo relato de experiência das mulheres, participando de seminários, eventos, jantares, happy hours, conversas informais. E, após o estabelecimento da pesquisa, passou a contemplar interações mais formais, como as entrevistas com militares de diferentes idades, patentes, gêneros, orientações sexuais, instituições e regiões. O plural e múltiplo das expressividades ia costurando a rigidez das autorizações formais com a permeabilidade das subjetividades transbordantes nos muros do quartel.

Nesta seção e na sua subsequente, entram em foco outros aspectos sobre a interação entre pesquisadora e campo, destacando como a corporalidade generificada e esteticamente marcada da pesquisadora é um atravessamento. Tendo sempre como horizonte um debate ético e contingencial sobre o pesquisar a despeito de uma devoção a um cientificismo universalista, nesta pesquisa, não se ignora que somos parte da realidade sobre a qual nos debruçamos.

Castro (2009), em uma autorreflexão antropológica sobre suas incursões em espaços militares, analisa seu lugar como pesquisador ao mesmo tempo civil e filho de militar. Tomando esse movimento como base, como devo localizar minha experiência de “namorada/esposa de militar”? Como pensar minha localização dentro da “família militar” a partir de uma relação lésbica de longa duração, em coabitação, porém não oficializada pelo casamento – imperativo heteronormativo de legitimidade conjugal?

Este tipo de questionamento se faz relevante, uma vez que estamos inseridas em uma matriz sexual (Judith BUTLER, 2003) na qual a heterossexualidade reprodutora figura o centro articulatório de uma política em que sexo, gênero, desejo e práticas sexuais estão intimamente conectados. A reprodução desta matriz produz e reitera a ilegitimidade das diversas práticas e expressões de gênero e sexuais que fogem a esse padrão regulatório.

Em âmbito civil, a farda daquela que me acompanha provocava reações adversas e complementares. Em círculos mais heteronormativos, muitas vezes, representava um recurso ao constrangimento. No encontro com conhecidos e velhos amigos anteriores às minhas vivências lésbicas, por exemplo, a farda (e/ou identidade militar) des-tensionava uma situação em que a lesbianidade poderia provocar estranhamentos, pois se tornava o assunto da interação. O fascínio social com a atividade de bombeiro militar ocupava os silêncios heteronormativos. Ao mesmo tempo, me relacionar com alguém pertencente às instituições militares me colocava em posição de avaliação em círculos supostamente mais libertários, vitimados e críticos dos efeitos das políticas de segurança nacionais, como movimentos de mulheres e determinados espaços acadêmicos. O quanto ela participava das violências produzidas? O que esse relacionamento dizia de mim, diante desse cenário de (in)segurança pública? Por que investir tempo e conhecimento em sistemas reacionários?

A resolução desses questionamentos está longe das respostas pacificadoras. Realizar essa pesquisa, para mim, era também uma forma de contribuir para o desvelamento do regime que toma as rédeas do país nos últimos tempos. O militarismo, enquanto mística da ordem e progresso, seduz os que pouco conhecem, ou querem conhecer, os altos custos de seu funcionamento, tendo em vista que cobra de forma desigual aqueles que o compõe. Esse é um posicionamento que faz coro às diversas iniciativas de resgate e construção das memórias do período ditatorial da história nacional, se contrapondo aos acordos firmados com a Lei de Anistia, na qual o “esquecimento era uma das condições básicas do compromisso não escrito da transição” (Priscila BRANDÃO; Isabel LEITE, 2012, p. 305).

No campo de debates mediados pelo gênero e sexualidade, as fardas remetiam minimamente a uma trajetória (formação escolar, concurso, cursos militares) que atestava certos parâmetros de capacidade/estabilidade àqueles corpos/sujeitos transexuais – atravessando, inclusive, as possibilidades de reconhecimento social e provocando torções nos critérios psicopatológicos que tutelam essas vivências.

Seguindo nessas leituras, nos contextos de sociabilidade entre militares e suas famílias heterossexuais, fui constantemente relegada (pelos homens, normalmente os que eram militares) à “ala das esposas”, nas quais imperavam conversas sobre maternidade/parentalidade. Muitas delas mais jovens ou da mesma idade, conjugavam carreiras profissionais, casamento e filhos, porém as dinâmicas envolvendo os últimos davam a tônica das reuniões, enquanto, “do outro lado”, se debatia incansavelmente dinâmicas “do quartel”.

Piero Leirner (2009) conta como, em campo com os militares na década de 1990, foi interpelado por um general com a seguinte frase: “E aí? Como vocês estão lá na universidade? Continuam aquele bando de comunistas?” (p. 38), soando como alguém familiar, em palavras cordialmente desconfiadas para designar os “inimigos fiéis” (Carlos FAUSTO, 2001). No interior do estado, em um evento na casa de um Capitão BM, bebia distraidamente na “ala das esposas”, ao lado de uma grande mesa com oficiais que conversavam fervorosamente, quando fui interpelada de supetão pelo oficial anfitrião: *como está o debate em defesa da liberação da maconha na universidade? A divisão mundo/meio militar e mundo/meio civil estruturante da visão desses militares* (CASTRO, 2009) fez com que fosse óbvio para eles que eu, que não participava do grupo – nem “militar”, nem da referida conversa – estivesse ciente, se não ativa, de um tema controverso, como a liberação das drogas.

Em âmbito militar, por vezes, me percebi ponderando sobre o interlocutor em questão. Como se dará a interação quando o não dito for confirmado? Ele/ela sabe do meu relacionamento com outra mulher militar? Vai criar empecilhos? Ou deslegitimar minhas investigações com a máxima da “causa própria”, logo, pesquisa sem objetividade? Ou vai apontar o “crime militar” de ser/parecer feminista? Por que em determinadas situações elegi o termo “minha esposa” para fazer referência à minha namorada?

El matrimonio fuerza, al menos lógicamente, el reconocimiento universal: todos deben dejarte entrar por la puerta del hospital, todos deben respetar tu derecho al luto, todos deben asumir tu derecho natural a un hijo, todos considerarán tu relación como si estuviera elevada a la eternidad (BUTLER, 2006, p. 162).

Não havia, da minha parte, percepção sobre as dimensões do armário articuladas em torno de minha própria vivência, até que duas situações me chamaram atenção. Durante a qualificação do projeto de doutorado, uma das avaliadoras questionou a forma como construí minha caracterização conjugal: “Me relaciono com uma militar...”. Para ela, o termo relacionar poderia fazer referência às mais diversas formas de afeto e alianças, não caracterizando propriamente uma relação afetivo-sexual. Em outra ocasião, a convite de uma militar, fui ministrar uma aula em um dos cursos de formação e durante a apresentação inicial ela incluiu: “é esposa da...”, para minha surpresa e constrangimento.

Os mecanismos do armário, propostos por Eve Sedgwick (2007), nos ajudam a entender essas fronteiras e hierarquias entre as experiências. Essa disjunção que conforma o nó central das vidas não heterossexuais é resultado da falsa dicotomia entre o público – sempre heterossexual, invisibilizado como o normal, natural, comum, conhecido – e o privado – sempre LGBTI+, sempre oculto, sempre dissidente. Sabemos que poucas pessoas não estão deliberadamente no armário em relação a alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. As múltiplas possibilidades do que poderia acontecer ante a revelação definem as características do armário que cada um constrói, pois, cada vez que decidimos (ou somos interpeladas) a sair do armário, arriscamos nossa sobrevivência ideológica, política, econômica, profissional e, muitas vezes, física.

Minha namorada e eu não costumamos fazer nenhum movimento para esconder ou disfarçar o caráter do nosso relacionamento no contexto de trabalho dela,⁷ nem para declará-lo, quando minha presença no quartel era/é referente ao meu trabalho. Nas várias vezes em que participei de alguma atividade na instituição, ou mesmo durante entrevistas desta pesquisa, pareceu predominar um clima *don't ask, don't tell*. No entanto, houve momentos em que a ciência da situação (conjugal) se tornava clara e era acionada, seja para me referenciar ou

⁷ Em 15 anos de carreira militar, minha namorada passou por vários estágios de publicidade sobre sua orientação sexual. Durante os primeiros anos, chegou a trocar pronomes e esconder propositalmente sua orientação sexual fora de um círculo íntimo de relações de amizade no trabalho, tanto por acreditar que desta forma respeitava preceitos institucionais e sociais, como para manter algum nível de privacidade e segurança sob o regime militar. No entanto, sempre soube de comentários internos referentes à sua performatividade de gênero e sexualidade. Somente nos últimos anos, no convívio com novas colegas abertamente lésbicas e diante do reconhecimento público de direitos a pessoas LGBTI+ em contextos militares, passou a falar livremente sobre o assunto. Essa dinâmica, muito similar a outros relatos de militares, será melhor discutida em outro texto.

em designações que mediavam minha presença na institucionalidade – tal como quando designaram minha namorada como motorista da viatura que me levaria a um evento da Instituição.

Ao longo dos anos, as formas “do meio militar” de lidar com a nossa relação foi heterogênea: passando por uma empoderadora sociabilidade com mulheres militares; resistências/discriminações expressas – como em não convites (a mim) e em declarações preconceituosas e violentas – e a clássica aceitação condicionada, exercida em muitas situações. Em uma delas, um oficial, que parecia se destacar em nos tratar coerentemente como um casal, ao ser questionado sobre o assunto, respondeu confiante que não havia problema, pois “*éramos discretas*”, ou seja, não causávamos nenhum constrangimento a ele, deixando “vazar” indícios de nossa orientação sexual em nossas performatividades de gênero. Esse mesmo militar, que encenava uma relação de amizade entre a sua família (esposa e filha) e minha família (eu e ela), nos últimos anos da pesquisa, fez incontáveis convites sexuais à minha namorada, sua colega de trabalho e subordinada na hierarquia militar.

A construção do lugar das sexualidades não normativas, expressa nas formas de preconceito sexual, de violência simbólica, física e de conformação do desejo, evidencia uma hierarquia entre práticas, identidades e expressões sexuais legítimas e não legítimas. A matriz heterossexual dita a dinâmica hierárquica das relações e designa a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual corpos, gêneros e desejos são concebidos e naturalizados. As diversas manifestações de assédio acessadas durante a pesquisa, em especial aquelas cujo alvo eram militares lésbicas, revelam e materializam as delimitações dessa hierarquia. Na tese, ajudo a visibilizar como a caserna é regida por uma política sexual do assédio, que organiza os corpos e atua nos acordos informais do “nós, militares”.

“Mais uma FEM”

Para as entrevistas com os homens militares, me percebi diversas vezes me arrumando de forma “mais feminina” ou “menos sapatão” (ao menos, no meu imaginário). A convivência com as masculinidades do quartel ao longo dos anos me fez, em alguma medida, apostar que, desta maneira, obterei uma relação mais agradável e criaria mais empatia nas respostas. Seria essa mais uma forma de armário, uma medida de proteção às violências lesbofóbicas ou estratégia de viabilização da pesquisa? Talvez a resposta tenha um pouco de cada uma dessas possibilidades e diga da intrínseca relação entre corpo, performatividade e pesquisa.

Para Castro (2009, p. 28), essa condição híbrida de pesquisador civil/filho de militar concedia poderes (acessos), mas também invocava perigos simbólicos. A minha condição carregava ainda outros marcadores, que interferiram em alguma medida nestas interações (mulher, civil, lésbica, gorda, feminista). Os privilégios da branquitude deviam ser conjugados a esses outros articuladores da diferença. “A imposição de constituir corpos coerentes e inteligíveis torna necessário que haja um sexo ‘estável’ expresso por um gênero ‘estável’, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade” (BUTLER, 2003, p. 215-216). Não corresponder ao prescrito para a sexualidade pressupõe, de certo modo, uma inconformidade de gênero que, aliada a outros “pecados femininos” como o sobrepeso e a fala pública posicionada, constrói um lugar de incômodo.

Estar fora de um padrão estético em contextos nos quais o vigor físico é pressuposto de potencialidade⁸ me tornou alvo de avaliações constantes. Apesar de vários militares (homens e mulheres) portarem uma aparência distante da imagem vigorosa dos deuses gregos do esporte e terem desempenhos sofríveis nas atividades profissionais (indicadas em relatos de baixo desempenho e pedidos de licença médicas), o discurso da prática regular de exercícios físicos e esportes, além das críticas e repreensões a quem “não está em forma”, foi tema recorrente nas interações. Era constante, também, a comparação entre os corpos e as horas dispensadas à sua construção. Poucas vezes o teor discriminatório e gordofóbico dos comentários gerou desconforto no interlocutor, ao perceber a minha presença (gorda). Minha configuração estética, além da ideológica – representada pelas militâncias sociais –, constituía minha demarcação como civil/paisana, categoria hetero-designada.

O “civil” é uma invenção dos militares. Não sou civil, a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificada por eles. Se tiver que fazer uma lista dos principais termos que definem minha identidade, civil não aparecia entre elas. (...) Para qualquer militar, porém, ser militar necessariamente aparece entre os primeiros atributos, se não o primeiro (CASTRO, 2009, p. 25).

Apresentar um corpo gordo e/ou não concentrar minha interação em uma busca constante de solução para esse “evidente problema” pareceu construir parte significativa de

⁸ Na tese, é possível acessar uma discussão mais ampla sobre corpo, masculinidades e regime militar, assim como a sua centralidade nos processos de diferenciação e reconhecimento institucional para militares transexuais que, por limitações de espaço, não foram aqui desenvolvidas.

meu distanciamento com a classe (militar). Além disso, o não enquadramento no desejável realçava as diferenças e discordâncias entre valores e me localizava em uma imaginária hierarquia inferior, menos potente, ou de menor cuidado e cultivo corporal. A designação como paisana está articulada a uma leitura sobre o corpo gordo, que se complementa e se conforma, se autojustificando.

Ao longo da história, a discriminação em torno da gordura se desloca de uma crítica ao corpo grande ao menosprezo de uma impotência. Os termos de reprovação caminham para um caráter mais psicológico e íntimo, sobre alguém que não teria controle de si, e se mantém feio e impassível, mesmo quando tudo mostraria a necessidade de mudar (Georges VIGARELLO, 2012). Estudos recentes sobre as hierarquias estéticas relacionadas ao peso nos ajudam a entender a construção de uma equiparação/equivalência entre corpo magro/definido e excelência profissional como norma. O corpo gordo é pressuposto como uma impossibilidade, um desleixo, uma falha, dentro ou fora do quartel, e de forma peculiar quando esse marcador faz parte da experiência de uma mulher.

Para Dirce de Sá Freire (2011), no livro *História do corpo no Brasil*,

do direito à saúde, passa-se à obrigação de sermos "magras, belas e jovens para sermos felizes...". Quando se toma a magreza como virtude, substitui-se a necessidade que havia no passado, de confessar os pecados morais cometidos pela via da sexualidade, pela obrigatoriedade de subir na balança para prestar contas ao social e a si. Provar para todos que não houve excessos no campo da ingestão de gordura, relaciona-se com a balança com os mesmos medos e apreensões que levavam no passado a mulher ao confessorário (p. 470-471).

Joana de Vilhena Novaes (2011), no mesmo livro, indica como feminilidade e beleza sempre estiveram historicamente relacionadas, ao passo que a feiura, intimamente ligada aos processos de envelhecimento e gordura, legítima socialmente processos de exclusão e discriminação. A magreza, tomada como virtude, proíbe às mulheres o direito ao apetite. O veto, que antes se referia somente ao apetite sexual, agora está fortemente relacionado ao apetite alimentar, sob a ameaça de sofrerem as consequências das normas do que a autora chama de lipofobia.

Obviamente, a pressão por um corpo magro, supostamente sadio, não atinge somente a experiência do feminino e não se restringe a pessoas gordas. No entanto se, o que a estética (beleza) representa para a legitimação e avaliação da experiência de mulheres é exponencialmente diferente, pesquisadoras e ativistas têm afirmado a importância de conceituar a gordofobia, para demarcar as formas de violência específicas sobre corpos gordos. Corroboramos Nicolás Cuello (2016), que concebe a gordofobia como um mecanismo de controle e produção normativa dos corpos, atuando através de violências psicológicas e emocionais, que ganham vida por uma trama de tecnologias semiótico-políticas. Estas operações invadem, torturam, e assediam de forma continuada as subjetividades, afetando os modos de vida, as possibilidades de afeto, de parcerias, de saúde e acesso de forma ampla. O efeito desse processo é um ordenamento de sistemas socioculturais que produzem exclusão, estigmatização sexual, desvalorização afetiva, injustiças econômicas e laborais e vergonha.

Se posicionar nas extremidades do espectro normativo de beleza feminina representava em campo a perda de gentilezas – investimentos que podem retornar em favores sexuais –, por exemplo. Conjugadas à homossexualidade, reforçavam a marginalidade das experiências dissidentes, mais facilmente lidas como radicais, brutas e exageradas, maneira como fui caracterizada por alguns oficiais BM, após participações em reuniões e eventos de sociabilidade.

Ser gorda e pesquisador não marca uma relação somente entre civis e militares, mas diz de um panorama maior de relações sociais. Durante os muitos anos em que realizei pesquisas entre travestis e mulheres transexuais em prostituição, a estética gorda (minha e de outras pesquisadoras da equipe) também se destacava nas interações em campo. Naquele contexto em que os corpos eram centrais tanto nas definições sexuais (trans/cis) como na vitrine do exercício profissional (prostituição), ser gorda parecia um lugar inconcebível para as feminilidades. Nas experiências trans, muitas vezes significava o afastamento das atividades sexuais e o investimento em outras atividades comerciais no mesmo espaço. Nas cisgeneridades, era quase como abrir mão de um suposto lugar "naturalmente belo e óbvio" do corpo. Isso se revelava em inúmeros comentários e "brincadeiras" irônicas das interlocutoras sobre aspectos estéticos como peso, roupas, e dicas – não solicitadas – sobre alimentação e dietas.

Pensar corpo e gênero em campo é precário e limitado quando é mobilizado unicamente pela presença de mulheres na ciência. Nesta mesma pesquisa citada acima, ríamos de como ter um homem na equipe era uma boa isca para começar uma abordagem, ou dar continuidade a uma relação em campo, pois ele assegurava o interesse (sexual) das interlocutoras. Não falávamos em voz alta, porém, como alguns deles não informavam a seus familiares o teor da pesquisa em andamento, ou não contavam onde e com quem estavam na rua entre 22h e 3h da manhã, nos dias de pesquisa de campo. O que esses contextos diziam sobre masculinidade

e produção científica? É também pensar o corpo, o gênero e as sexualidades em campo? Todas essas configurações devem ser entendidas como significativas para os trabalhos desenvolvidos e não somente particularidades oriundas da subjetividade feminina.

Apontamentos finais

As reflexões propostas almejam uma tradução do encontro com o outro, reconhecendo, identificando e registrando como essa experiência está presente no fluxo do trabalho realizado – elaborando um sentido para o estar presente, enquanto se faz ciência. Talvez, por isso, o resultado de capítulos metodológicos em pesquisas nunca seja somente sobre um fazer investigativo e acadêmico, seus métodos e teorias norteadoras. É também sobre a passagem do tempo, sobre momentos da vida da/o pesquisador/a, às vezes, sobre o repensar sobre si dos interlocutores, mas, sobretudo, sobre a proposição de uma forma de perceber e construir o sensível.

Essa trajetória multifacetada relatada acima permitiu a construção de um lugar em campo além do prescrito ao pesquisador distanciado, do “paisano folgado”, ou dos limites da interação lesbo-gordofóbica, mas também o de confiança em alguém que poderia atuar na tradução de anseios em símbolos e registros. Seja na ausência de outras possibilidades, em um acordo de ajuda mútua, ou no reconhecimento de um lugar de potência. Como pesquisadora, fui muitas vezes alguém para se conversar, para se indignar, para ajudar a entender, para estabelecer uma conversa pública sobre um tema controverso ou sem legitimidade institucional e social. E tudo isso indica, também, a intervenção no campo e no contexto em que se insere, podendo promover não só as reflexões que serão impressas no seu trabalho acadêmico, como também a dos próprios interlocutores.

O regime militar se vangloria de sua especialidade e fechamento, mas ignora o fato de gerir sujeitos que transitam e são constituídos pelos ambientes civis. E foi por meio dele que tive acesso à caserna. A prescrição de ações e relações sobre o regime nunca é total, de modo que a pesquisa foi realizada também nas porosidades das instituições militares, o que permitiu que mais sujeitos participassem da construção do campo, para além daqueles que têm o poder na ponta da caneta ou no brilho das estrelas do fardamento.

Pensar sobre transições de gênero, conjugadas a um contexto laboral específico, exige que as concebamos enquanto experiências singulares em função de seus aspectos subjetivos e ao mesmo tempo inscritas em um contexto cultural, sociopolítico e tecnológico mais amplo – tanto aquele que marca o regime da Instituição à qual pertencem e o que ela representa socialmente, quanto ao contexto sociopolítico do país. Neste sentido, escolher investigar a trajetória de militares transexuais diz de um posicionamento político que não rechaça quaisquer contatos com instituições e/ou categorias identitárias carregadas de sentido negativo em determinadas esferas sociais. Buscando investigar como estes contextos (re) produzem lógicas que operam na criação e manutenção das categorias de hierarquia e exclusão, é possível apreender também a forma como afetam tanto aqueles que são alvo de seu exercício laboral quanto aqueles que o constituem. Desse modo, contribui-se para um escopo analítico que busca dialogar, avaliar e propor mudanças e/ou corroborar os argumentos de extinção desse regime, como se tem mostrado cada vez mais urgente.

Finalizo corroborando Márcia Moraes (2011) no entendimento de que não há nenhuma transparência ou reprodução fiel no que é dito sobre o que se passa no campo. Relatar é “uma prática performativa que liga, de modo inexorável, política e epistemologia. Assim, conhecer não é senão um modo de engajar-se, de performar realidades também através do que se narra” (p. 178).

Referências

ANDRADA, Cris Fernández. “O método no centro: relatos de campo de uma pesquisa psicossocial de perspectiva etnográfica”. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 236-245, ago. 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Deshacer el Género*. Barcelona: Paidós Iberica, 2006.

BRANDÃO, Thaís Oliveira; GERMANO, Idilva Maria Pires. “Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres”. *Psicologia e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 5-15, 2009.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. “Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL”. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012.

- BRUNER, Jerome. *Ato de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CASTRO, Celso. "Em campo com os militares". In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 13-30.
- CRUZ, Valéria Cristina de Assis. *Teto de vidro: estudo de caso com oficiais do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais*. 2017. Mestrado Profissional (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.
- CUELLO, Nicolás. "Podemos lx gordx hablar? Activismo, imaginación y resistencia desde las geografías desmesuradas de la carne". In: CONTRERA, Laura; CUELLO, Nicolás (Orgs.). *Cuerpos sin patrones. Resistencias desde las geografías desmesuradas de la carne*. Buenos Aires: MadreSelva, 2016. p. 37-54.
- DAMATTA, Roberto. "O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues". *Cadernos do PPGAS*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-12, maio 1978.
- FAUSTO, Carlos. *Inimigos, fiéis histórias, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FRADIQUE, Teresa. "Fixar o movimento nas margens do rio: duas experiências de construção de um objecto de estudo em terreno urbano em Portugal". In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 99-117.
- FREIRE, Dirce de Sá. "Com açúcar sem afeto". In: DEL PRIORE, Mary; AMARANTINO, Marcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2011. p. 470-471.
- HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham e Londres: Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, Donna. "Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Orgs.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.
- HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-42, 1995.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LEIRNER, Piero de Camargo. "Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia". In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero de Camargo (Orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 31-52.
- MARCUS, George E. "O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia". *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 133-158, 2004.
- MARCUS, George E. "Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal". *Alteridades*, Distrito Federal-México, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.
- MORAES, Márcia. "Pesquisar: verbo ou substantivo? Narrativas de ver e não-ver". *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 6, n. 2, p. 174-181, ago./dez. 2011.
- NOVAES, Joana Vilhena. "Beleza e feiura. Sociabilidade e usos do corpo em mulheres das camadas altas e populares da zona sul carioca". In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (Orgs.). *A história do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2011. p. 477-506.

PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

QUEIROZ, Isabela Saraiva. *Normas de gênero e uso de drogas: normalização e diferença na experiência de mulheres*. 2015. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. "Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia". *Psicologia USP*, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-65642001000200003>. Epub 25/03/2002. ISSN 1678-5177. DOI: 10.1590/S0103-65642001000200003. Acesso em 02/03/2022.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. "A Epistemologia do Armário". *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Epub 13/07/2007. ISSN 1809-4449. DOI: 10.1590/S0104-83332007000100003. Acesso em 02/03/2022.

SPINK, Peter. "O pesquisador conversador no cotidiano". *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. edição especial, p. 70-77, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>. Epub 19/08/2008. ISSN 1807-0310. DOI: 10.1590/S0102-71822008000400010. Acesso em 02/03/2022.

SPINK, Peter. "Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista". *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>. Epub 04/03/2004. ISSN 1807-0310. DOI: 10.1590/S0102-71822003000200003. Acesso em 02/03/2022.

TAKAHASHI, Emilia. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. 2002. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

TEIXEIRA, Flávia do Bonsucesso. "Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 501-521, maio/ago. 2012.

TURTE-CAVADINHA, Samantha Lemos. *Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares*. 2016. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

VASCONCELOS, Rafaela. *Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades*. 2014. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

VASCONCELOS, Rafaela. "Nunca fui FEM". *Interseções entre militarismo e normas de gênero na trajetória de combatentes transexuais*. 2018. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

VIGARELLO, Georges. *As metamorfoses do gordo: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Rafaela Vasconcelos Freitas (esh.rafaela@gmail.com) é psicóloga, doutora e mestre em Psicologia Social pela UFMG. Bolsista de pós-doutorado e professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS. Integra o NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade/UFRGS e o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT-NUH/UFMG. Suas pesquisas se relacionam aos campos das transidentidades, gênero, sexualidades e corpo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

FREITAS, Rafaela Vasconcelos. "Uma paisana feminista na caserna: entre metodologias e militares". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 3, e77120, 2022.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Parecer n1076/2016 EMBM1 – Publicado em 01 de novembro de 2016 no Despacho Administrativo 1132/2016-Adj.Ens/EMBM1. Esta pesquisa também está relacionada a outra maior, sob o CAAE: 38670114.6.0000.5149.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 14/09/2020
Reapresentado em 07/03/2022
Aceito em 24/03/2022

